



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
Secretaria da Corregedoria Regional

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

ANO:	2017
------	------

CORREGEDOR:	DESEMBARGADOR PAULO PIMENTA
-------------	-----------------------------

TIPO DE CORREIÇÃO:	ORDINÁRIA
--------------------	-----------

MODALIDADE:	SEMIPRESENCIAL
-------------	----------------

UNIDADE CORRECIONADA	12ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA
----------------------	---------------------------------

DATA DE INSTALAÇÃO DA VT:	22/01/1993
---------------------------	------------

JUIZ TITULAR:	HELVAN DOMINGOS PREGO
---------------	-----------------------

TITULAR DESDE:	24/01/2013
----------------	------------

DATA DE INSTALAÇÃO PJE:	14/02/2013
-------------------------	------------

PERÍODO CORRECIONADO:	01/06/2016 a 28/02/2017
-----------------------	-------------------------

EQUIPE CORRECIONAL	
SERVIDOR	FUNÇÃO
Marcelo Marques de Matos	Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional
Alisson Moura Luduvise	Assistente
Fernando Henrique Barbosa Borges Moreira	Assistente
José Fernando Teixeira Mendes	Assistente
Kátia Maria Salgado do Nascimento	Assistente
Luana Carvalho Arantes	Assistente
Nádia Maria Lopes dos Santos	Assistente

1 –DADOS ESTATÍSTICOS DA UNIDADE*

Item	MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	2014	2015	2016	2017**
1	Processos recebidos na fase de conhecimento	2.182	2.255	2.211	343
2	Processos solucionados na fase de conhecimento, incluídos os conciliados	1.849	1.893	2.144	301
3	Produção	85%	84%	97%	88%
4	Processos finalizados na fase de conhecimento	1.988	1.873	1.984	302
5	Processos pendentes de solução, na fase de conhecimento	794	1.116	1.185	1.225
6	Processos pendentes de finalização, na fase de conhecimento	1.541	1.908	2.125	2.164
7	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de conhecimento	29%	29%	27%	75%
8	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de conhecimento	34%	38%	35%	79%
9	Execuções iniciadas	589	433	426	87
10	Execuções encerradas	733	548	508	110
11	Execuções baixadas	687	583	421	232
12	Execuções pendentes de encerramento	897	1.320	1.215	1.194
13	Execuções pendentes de baixa	2.063	1.791	1.847	1.693
14	Execuções no arquivo provisório em 31/12	1.061	576	572	568
15	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de execução	69%	72%	73%	95%
16	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de execução	74%	77%	78%	94%
17	Índice de conciliação da 18ª Região	41%	40%	39%	39%
18	Índice de conciliação da unidade	41%	38%	36%	19%

* Dados extraídos do Sistema e-Gestão.

** Dados do exercício 2017 referem-se aos meses de janeiro a fevereiro.

2 – ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE**2.1 – Juizes que atuam na unidade**

Juiz Titular	HELVAN DOMINGOS PREGO
Juiz Auxiliar	KARINA LIMA DE QUEIROZ

2.2 – Residência do Juiz Titular e Auxiliar fixo

O(A) Juiz(iza) Titular da Unidade, bem como o Auxiliar Fixo, se houver, residem nos limites territoriais de jurisdição da Vara (ou na Região Metropolitana)?	SIM	NÃO
	X	
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

2.3 – Assiduidade (dias da semana em que os juizes comparecem à Unidade)*

juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular	X	X	X	X	
Auxiliar fixo	X	X	X	X	

* Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

2.4 – Audiências

2.4.1 – Quantidade média de dias por semana em que há audiências:	4
---	---

As Sextas-feiras são utilizadas para pautas extras, conciliações e execuções

2.4.2 – Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas pelos Juizes Titular e Auxiliar em sistema de revezamento? Em caso afirmativo, especifique a forma de revezamento.	SIM	NÃO
		X
Forma de revezamento:		

2.4.3 – Procedimento adotado em audiências (una ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo	X	
Ordinário		X

2.4.4 – Número de audiências realizadas:

Tipo de audiência	Média mensal
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	152
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	237

* Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.4.5 – Conciliações

Procedimento	SIM	NÃO
São incluídos em pauta processos na fase de execução para tentativa de acordo?	X	

2.5 – Despachos

Média mensal de despachos exarados	693
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	192
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	35

* Dado apurado em 21/03/2017.

2.6 – Prolação de sentenças

2.6.1 – Média mensal de sentenças publicadas no período correccionado	50
--	----

* Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.6.2 – Prolação de sentenças líquidas

Juiz	SUM	ORD
Juiz Titular	-	-
Juiz Auxiliar	-	-

2.6.3 – Número de processos pendentes aguardando julgamento

Tipo de decisão	Total	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	195	84
Sentença na fase executória	18	
Embargos de declaração	12	

2.6.4 – Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 226, III, do CPC)

Número único do processo	Data de encerramento da instrução	Dias em atraso	Juiz
RTOrd 0011336-51.2014.5.18.0012	26/07/16 11:51	182	HELVAN DOMINGOS PREGO
RTOrd 0011143-36.2014.5.18.0012	29/07/16 11:11	177	HELVAN DOMINGOS PREGO
RTOrd 0011184-03.2014.5.18.0012	29/07/16 11:13	177	HELVAN DOMINGOS PREGO
RTOrd 0012062-25.2014.5.18.0012	29/07/16 11:12	177	HELVAN DOMINGOS PREGO
RTOrd 0011139-62.2015.5.18.0012	03/08/16 10:06	174	HELVAN DOMINGOS PREGO
RTOrd 0010655-47.2015.5.18.0012	15/08/16 11:35	162	HELVAN DOMINGOS PREGO
RTOrd 0011419-33.2015.5.18.0012	16/08/16 11:27	161	HELVAN DOMINGOS PREGO
RTOrd 0010470-43.2014.5.18.0012	23/08/16 11:21	154	HELVAN DOMINGOS PREGO
RTOrd 0012053-29.2015.5.18.0012	29/08/16 11:49	148	HELVAN DOMINGOS PREGO
RTOrd 0012048-07.2015.5.18.0012	06/09/16 11:52	139	HELVAN DOMINGOS PREGO
RTOrd 0011800-41.2015.5.18.0012	12/09/16 14:26	134	HELVAN DOMINGOS PREGO
RTOrd 0011616-85.2015.5.18.0012	20/09/16 09:28	126	HELVAN DOMINGOS PREGO
RTOrd 0011751-97.2015.5.18.0012	22/09/16 10:30	122	HELVAN DOMINGOS PREGO
RTOrd 0010403-44.2015.5.18.0012	26/09/16 12:03	120	HELVAN DOMINGOS PREGO
RTOrd 0011870-58.2015.5.18.0012	03/10/16 12:04	113	HELVAN DOMINGOS PREGO
RTOrd 0010686-04.2014.5.18.0012	10/10/16 14:15	105	HELVAN DOMINGOS PREGO
RTOrd 0010562-84.2015.5.18.0012	10/10/16 16:15	105	HELVAN DOMINGOS PREGO
RTOrd 0011914-77.2015.5.18.0012	17/10/16 12:04	99	HELVAN DOMINGOS PREGO
RTOrd 0011874-95.2015.5.18.0012	26/10/16 13:13	84	HELVAN DOMINGOS PREGO
RTOrd 0010193-61.2013.5.18.0012	04/11/16 10:12	79	HELVAN DOMINGOS PREGO
RTOrd 0010347-74.2016.5.18.0012	07/11/16 13:52	78	HELVAN DOMINGOS PREGO
RTOrd 0090420-33.2016.5.18.0012	09/11/16 08:23	76	HELVAN DOMINGOS PREGO
RTOrd 0011163-27.2014.5.18.0012	10/11/16 15:21	71	HELVAN DOMINGOS PREGO
RTOrd 0011912-10.2015.5.18.0012	10/11/16 14:14	71	HELVAN DOMINGOS PREGO
RTOrd 0011900-30.2014.5.18.0012	20/02/17 15:21	7	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTOrd 0012011-14.2014.5.18.0012	20/02/17 15:21	7	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTOrd 0012012-96.2014.5.18.0012	20/02/17 15:22	7	KARINA LIMA DE QUEIROZ

Número único do processo	Data de encerramento da instrução	Dias em atraso	Juiz
RTOrd 0012093-45.2014.5.18.0012	20/02/17 15:22	7	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTOrd 0012095-15.2014.5.18.0012	20/02/17 15:22	7	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTOrd 0010304-74.2015.5.18.0012	20/02/17 15:32	7	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTOrd 0010328-05.2015.5.18.0012	20/02/17 15:32	7	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTOrd 0010349-78.2015.5.18.0012	20/02/17 15:33	7	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTOrd 0010453-70.2015.5.18.0012	20/02/17 15:33	7	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTOrd 0010936-03.2015.5.18.0012	20/02/17 15:38	7	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTOrd 0010975-97.2015.5.18.0012	20/02/17 15:39	7	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTOrd 0010983-74.2015.5.18.0012	20/02/17 15:39	7	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTOrd 0011030-48.2015.5.18.0012	20/02/17 15:39	7	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTOrd 0011110-12.2015.5.18.0012	20/02/17 15:40	7	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTOrd 0011769-21.2015.5.18.0012	20/02/17 15:40	7	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTOrd 0011802-11.2015.5.18.0012	20/02/17 15:41	7	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTOrd 0091903-35.2015.5.18.0012	20/02/17 15:46	7	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTOrd 0012036-90.2015.5.18.0012	20/02/17 15:43	7	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTOrd 0012038-60.2015.5.18.0012	20/02/17 15:43	7	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTOrd 0012046-37.2015.5.18.0012	20/02/17 15:43	7	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTOrd 0012057-66.2015.5.18.0012	20/02/17 15:43	7	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTOrd 0012081-94.2015.5.18.0012	20/02/17 15:44	7	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTOrd 0012116-54.2015.5.18.0012	20/02/17 15:44	7	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTOrd 0010081-87.2016.5.18.0012	20/02/17 15:46	7	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTOrd 0010282-79.2016.5.18.0012	20/02/17 15:46	7	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTOrd 0010720-08.2016.5.18.0012	20/02/17 16:04	7	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTOrd 0010972-11.2016.5.18.0012	20/02/17 16:05	7	KARINA LIMA DE QUEIROZ
Arrest 0011330-73.2016.5.18.0012	20/02/17 16:05	7	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTOrd 0011507-37.2016.5.18.0012	20/02/17 16:06	7	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTOrd 0010296-63.2016.5.18.0012	20/02/17 12:23	6	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTOrd 0010311-32.2016.5.18.0012	20/02/17 15:01	6	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTOrd 0012016-65.2016.5.18.0012	20/02/17 13:50	6	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTOrd 0012022-72.2016.5.18.0012	20/02/17 12:20	6	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTSum 0012163-91.2016.5.18.0012	20/02/17 12:21	6	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTAlç 0012165-61.2016.5.18.0012	20/02/17 14:56	6	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTSum 0012171-68.2016.5.18.0012	20/02/17 14:59	6	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTOrd 0011534-20.2016.5.18.0012	22/02/17 12:06	5	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTOrd 0011595-75.2016.5.18.0012	22/02/17 12:08	5	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTOrd 0011664-10.2016.5.18.0012	22/02/17 12:10	5	KARINA LIMA DE QUEIROZ
ConPag 0091565-27.2016.5.18.0012	22/02/17 14:14	5	KARINA LIMA DE QUEIROZ
ACC. 0011688-38.2016.5.18.0012	22/02/17 12:10	5	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTSum 0011766-32.2016.5.18.0012	22/02/17 13:54	5	KARINA LIMA DE QUEIROZ

Número único do processo	Data de encerramento da instrução	Dias em atraso	Juiz
RTOrd 0011823-50.2016.5.18.0012	22/02/17 12:12	5	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTOrd 0011863-32.2016.5.18.0012	21/02/17 10:31	5	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTSum 0011866-84.2016.5.18.0012	22/02/17 13:57	5	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTSum 0011880-68.2016.5.18.0012	22/02/17 13:57	5	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTSum 0011884-08.2016.5.18.0012	22/02/17 14:00	5	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTSum 0091814-75.2016.5.18.0012	22/02/17 14:15	5	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTOrd 0011969-91.2016.5.18.0012	22/02/17 12:14	5	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTSum 0012001-96.2016.5.18.0012	22/02/17 14:01	5	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTSum 0012029-64.2016.5.18.0012	22/02/17 14:02	5	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTSum 0012034-86.2016.5.18.0012	22/02/17 14:05	5	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTSum 0012041-78.2016.5.18.0012	22/02/17 14:10	5	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTSum 0012047-85.2016.5.18.0012	22/02/17 14:11	5	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTAlç 0012129-19.2016.5.18.0012	22/02/17 14:11	5	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTSum 0012135-26.2016.5.18.0012	22/02/17 14:12	5	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTOrd 0012142-18.2016.5.18.0012	21/02/17 10:48	5	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTSum 0010038-19.2017.5.18.0012	21/02/17 14:53	5	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTSum 0010064-17.2017.5.18.0012	22/02/17 14:16	5	KARINA LIMA DE QUEIROZ
RTOrd 0011885-90.2016.5.18.0012	22/02/17 11:33	4	KARINA LIMA DE QUEIROZ
TOTAL DE SENTENÇAS PENDENTES FORA DO PRAZO			84

3 – PRAZOS MÉDIOS DA UNIDADE***3.1 – Entrega da prestação jurisdicional**

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional**	No período correccionado
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7º, da CLT – 30 dias)	82	82
Ordinário	232	255

3.2 – Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional**	No período correccionado
Sumaríssimo	24	29
Ordinário	56	69

3.3 – Prazo médio para prolação de sentenças da fase executória	Na última visita correcional**	No período correccionado
	20	2

3.4 – Prazo médio (em dias) para exarar despachos	Na última visita correcional**	No período correccionado
	8	9

3.5 – Prazos da Secretaria

Ato processual	Na última visita correcional**	No período correccionado
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	4	8
Atualização de cálculos	5	10
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	-	-

3.6 – Prazo médio para audiências (iniciais ou unas):

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional **	No período correccionado
Sumaríssimo	67	57
Ordinário	91	85

* Dados fornecidos pelo Sistema e-Gestão.

* A última visita correcional foi realizada em 16/06/2016 e foram considerados os dados estatísticos do período compreendido entre 1º/06/2015 à 31/05/2016.

4 – SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO**4.1 – Estrutura da Secretaria****4.1.1 – Quadro de Pessoal**

Nome	Função	Situação
Paulo Alves Cristovam Junior	Diretor de Secretaria	Efetivo
Magno Brandão dos Santos	Assistente de Diretor	Efetivo
Cecília da Cruz Perez	Assistente de Juiz	Efetivo
Yara Peixoto Felipe	Assistente de Juiz	Efetivo
Cláudia Cristina B. Maia B. Ferreira	Secretária de Audiência	Efetivo
Laisa Moraes Porfírio Reis	Secretária de Audiência	Efetivo
Elaine Maria Rabuske Borges Silva	Assistente II	Efetivo
Zair Borim Borges	Assistente II	Cedido Estadual
Lucas Silva Andrade	-	Efetivo
Walmir Rodrigues de Araújo	-	Efetivo
Rosane Lima Araújo	-	Efetivo
João Gabriel Alves Camargo	-	Efetivo
Felipe Vicente Mateus Tinoco	-	Estagiário
Ruyther Monte Santana	-	Menor Aprendiz

* Unidade não possui claro.

4.1.2 – Recursos tecnológicos

Equipamento	Quantidade
Computadores	19
Notebooks	3
Impressoras	2
Multifuncionais	1
Fax	0
Digitalizadora	1
Leitores óticos	2

4.3 – Gestão ambiental

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	X
Consumo racional de energia elétrica	X
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em softwares homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	X
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	X
Aproveitamento de papel usado como rascunho	X
Utilização de copos/xícaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	X
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	X
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	-

5 – PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A Unidade realiza, no sistema PJe-JT, o lançamento correto dos movimentos, visando alimentar corretamente a ferramenta e-Gestão, como, por exemplo: solução, liquidação iniciada, liquidação encerrada, execução iniciada, execução suspensa, execução encerrada e arquivamento, de maneira a retratar com exatidão as informações relativas à unidade e aos magistrados, conforme, inclusive, o teor do Ofício Circular nº 05/2014/TRT18-SCR e o art. 49 do PGC? Em caso de não atendimento ou atendimento parcial, apresentar justificativa.		X	
2	A Unidade procede à correção/lançamento dos movimentos no sistema informatizado PJe-JT, conforme constatado nas correções permanentes realizadas no período correccionado?	X		
3	A Unidade procede ao lançamento concomitante, no SAJ18, dos andamentos relativos aos prazos afetos aos magistrados, tais como encerramento de instrução, férias de magistrados, lançamento de solução, dos processos que tramitam no Sistema PJe-JT, conforme Ofício-Circular TRT 18ª SCJ nº 16/2013?	X		
4	A Unidade revisa e, se for o caso, procede à retificação dos dados cadastrais preenchidos pelas partes no sistema PJe-JT, conforme disposto nos artigos 46 e 47 do PGC, no artigo 26, parágrafo 3º da Resolução 136/2014 do CSJT e Provimento SRC 03/2016?	X		
5	A Unidade procede à extinção do processo, sem resolução do mérito, em razão de divergência entre os dados informados pelo autor da ação no PJe-JT e a petição inicial (Provimento SCR nº 3/2016)?		X	
6	A Secretaria da Vara procede ao lançamento, imediatamente após a ocorrência, dos valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos do artigo 163 do PGC? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)		X	
7	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list), indicando o prazo de guarda dos autos e possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
8	A Unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (artigo 346 do PGC)? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		
9	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de decisão de admissibilidade que analisa de forma explícita os pressupostos recursais? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		
10	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de termo de remessa, conforme disposto no artigo 128 do PGC? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		
11	A Unidade possui Núcleo Permanente de Conciliação? Em caso afirmativo indicar o ato normativo que o instituiu.		X	
12	A Unidade aderiu ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania?		X	
13	Para qual mês a Unidade está marcando audiências iniciais e de instrução? Informar as datas conforme os ritos.	-	-	As audiências iniciais estão sendo marcadas para maio/2017 em ambos os ritos. As audiências de instrução estão sendo marcadas para outubro/2017 no rito sumaríssimo e março/2018 no rito ordinário.
14	A Unidade designa audiência de encerramento da instrução quando não houver mais provas a serem produzidas? (Provimento SCR nº 2/2016)		X	
15	Nos casos em que há celebração de acordo, o Juízo determina que os depósitos sejam realizados em conta judicial, conforme Recomendação TRT18ª SCR nº 1/2014 ?	X		
16	A Secretaria da Vara procede à transferência do valor correspondente ao depósito recursal para a conta judicial, logo após o trânsito em julgado, conforme Recomendação TRT18ª SCR nº 1/2014? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
17	Nas sentenças e decisões homologatórias de acordo proferidas pelo Juízo estão consignadas as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, conforme disposto no artigo 81 do PGC? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		
18	A Unidade adota o procedimento previsto no artigo 86, parágrafo 3º do PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		
19	A Secretaria da Vara expede, após o trânsito em julgado, os ofícios determinados nas sentenças? Em caso afirmativo, o envio é feito por mensagem eletrônica? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		
20	A intimação do órgão representativo da União, relativamente aos acordos homologados, quando não dispensada nos termos do artigo 175 do PGC, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no artigo 174 do mesmo diploma normativo?	X		
21	A Unidade obedece ao disposto no artigo 179 do PGC, no sentido de utilizar todos os meios à disposição do Juízo para a constrição de bens nas execuções de crédito previdenciário, cujo valor ultrapasse o piso estabelecido pela Portaria MPS nº 1293/2005 (R\$ 120,00)?	X		
22	A Secretaria da Vara expede ofícios à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova o envio da GFIP, conforme disposto no artigo 177, parágrafo 3º do PGC? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)		X	
23	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo, nos termos do artigo 1º, alínea “j” da Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho? (indicar no campo “observações” com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)	X		Esporadicamente.
24	A Unidade procede à atualização dos cálculos, nos termos do artigo 154 do PGC?	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
25	Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a Unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, imediatamente após o trânsito em julgado da sentença, nos termos do artigo 195 do PGC? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		
26	O Juízo, de ofício, exaure todos os meios disponíveis para constrição dos bens do executado, como, por exemplo: utilização de todos os convênios previstos no artigo 159 do PGC, expedição de mandado de penhora e avaliação de bens, expedição de ofícios aos cartórios de registro de imóveis, antes de suspender a execução, conforme Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho?	X		
27	A Secretaria da Vara obedece ao prazo de 20 (vinte) dias entre a publicação do edital e a realização da praça/leilão, conforme previsto no artigo 888 da CLT ?	X		
28	A Secretaria da Vara procede à intimação do credor com garantia real acerca da realização de praça de bem imóvel, conforme disposto no parágrafo único do artigo 207 do PGC?	X		
29	Nas execuções frustradas, quando não for localizado o devedor ou não forem encontrados os bens passíveis de constrição, o Juízo utiliza o procedimento previsto no artigo 40 da Lei 6.830/80 (Lei de Execução Fiscal), aplicando a prescrição intercorrente, nos termos do artigo 161 do PGC? (No campo observações, especificar se o procedimento é adotado tanto nas execuções previdenciárias, quanto nas trabalhistas).	X		
30	Nas execuções suspensas por inércia do credor, o Juízo envia os autos ao arquivo provisório e, após a ocorrência da prescrição intercorrente, extingue o processo, nos termos do artigo 161 do PGC e do artigo 40, parágrafo 4º, da Lei nº 6.830/80? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		
31	Nas execuções suspensas por inércia do credor, a Secretaria da Vara lança no sistema informatizado o movimento que indica a suspensão da execução e, se for o caso, posteriormente, o movimento que indica o arquivo provisório?	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
32	No caso de execução de crédito trabalhista em que se tenha dado a decretação da falência do executado ou este se encontre em recuperação judicial, a vara do trabalho procede à expedição de certidão de crédito, nos termos do artigo 247 do PGC? A expedição da certidão de crédito importa no arquivamento provisório do processo, nos termos do artigo 246 do PGC?	X		
33	Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's) e as datas de inscrição, conforme o disposto no artigo 8º, IV, da Lei nº 6.830/80 e 183 do PGC? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		
34	Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui o prazo de 30 dias para publicidade e de 05 dias para o executado pagar ou garantir a dívida, conforme artigo 8º da Lei nº 6.830/80? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		
35	Todas as publicações referentes às ações de execução fiscal contêm os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's) relacionadas ao processo?	X		
36	A Unidade possui servidores atuando em regime de teletrabalho? Em caso afirmativo, indicar o nome de cada servidor, o ato normativo (Portaria) que o designou para trabalhar nesta situação, as atividades por ele desempenhadas e se está em estágio probatório. (RA nº 160/2016)	X		Cecilia da Cruz Perez e Walimir Rodrigues de Araújo, ambos sem Portaria, ainda. Não estão no estágio probatório.
37	A Unidade procede, quando necessário, à alimentação do Sistema NUGEP, visando dar cumprimento às alterações promovidas pela Lei nº 13.015/2014 e pela Resolução nº 160 do Conselho Nacional de Justiça, nos termos Memorando-Circular TRT 18ª GP/SRR/NURER nº 006/2015.	X		

6 – SISTEMAS INFORMATIZADOS E CONVÊNIOS**6.1 – Convênios**

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
BACENJUD	x		
RENAJUD	x		
DETRAN	x		
INFOJUD	x		
INFOSEG	x		
INCRA	x		
JUCEG	x		
SIMBA			x
SRTE (envio de sentenças por e-mail)	x		
CEF (envio de sentenças por e-mail)	x		
RFB (envio de sentenças por e-mail)	x		

6.2 – Sistemas informatizados

SISTEMA	UTILIZA	NÃO UTILIZA
Sistema AUD	x	
Sistema SAJ18	x	
Módulo Despacho Expresso do SAJ18	x	
Sistema de Proc. Eletrônico de Cartas Precatórias	x	
Sistema de Cálculos	x	
Sistema de Guias	x	
Sistema de Emissão de DARF/GRU	x	

7 – RESULTADO DO TRABALHO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL**7.1 – Cumprimento das recomendações constantes da ata de correição do exercício anterior**

Recomendação	Cumpriu?		Observações
	SIM	NÃO	
7.1.1 - A adequação do prazo médio para julgamento de incidentes processuais na fase de execução, que atualmente se encontra em 20 dias, superior ao prazo previsto no artigo 885 da CLT, conforme apurado no item 3.3 do Relatório de Correição;	X		
7.1.2 - A adoção de providências visando a redução do prazo médio para designação de audiências unas nos feitos submetidos ao rito sumaríssimo, que se encontra em 67 dias, em desacordo com o artigo 852-B, III, da CLT, conforme apurado no item 3.6 do Relatório de Correição, reduzindo-o para o limite legal de 15 dias, ou próximo disso, visando garantir a celeridade processual, objetivo precípua desta Especializada, bem como a redução do prazo médio para entrega da prestação jurisdicional nos feitos submetidos ao rito sumaríssimo que, atualmente, se encontra em 82 dias, em desacordo com o artigo 852-H, parágrafo 7º, da CLT,, conforme apurado no item 3.1 do Relatório de Correição;		X	
7.1.3 - A adequação do prazo médio para prolação de sentenças nos feitos submetidos ao rito ordinário, ao limite previsto no artigo 226, III, do novo CPC, conforme apurado no item 3.2 do Relatório de Correição;		X	
7.1.4 - Que a Vara do Trabalho observe o disposto no Provimento SCR/TRT18 nº 3/2013 e no artigo 49 do PGC, especialmente no que se refere ao lançamento dos movimentos referentes à fase de execução e o lançamento dos valores dos acordos pagos, no sistema informatizado Pje-JT, visando a correta alimentação do sistema e-Gestão, conforme apurado nos itens 7.2 – 5, 12 e 13 do Relatório de Correição.	X		Atendida parcialmente.

7.1.5 - A prolação das sentenças em atraso nos processos relacionados no item 2.6.4 do Relatório de Correição, a cargo do Excelentíssimo Juiz Titular. Muito embora tenha sido apresentado à Corregedoria Regional, pelo referido magistrado, um plano de ação para debelar tais pendências processuais, é de se notar o surgimento de novos acúmulos, razão pela qual está sendo feita nova recomendação, sem prejuízo da adoção de outras providências típicas da atividade correcional;	X		
7.1.6 - Que os excelentíssimos Juízes atuantes nesta Vara do Trabalho evitem a designação de audiências de encerramento de instrução quando não houver mais provas a serem produzidas, ou que, excepcionalmente, quando a complexidade do caso exigir, assinalem prazo não superior a 5 (cinco) dias para apresentação de memoriais, em observância ao princípio da razoável duração do processo, consagrado no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, e artigo 850 da CLT, bem como ao Provimento nº 2/2016, da Corregedoria Regional. Observou o Desembargador-Corregedor que, no período correccionado (01/05/2015 a 30/04/2016) foram designadas 443 (quatrocentos e trinta e três) audiências de encerramento de instrução, muitas delas sem qualquer justificativa, procedimento este que apenas retarda a entrega da prestação jurisdicional, comprometendo os prazos médios deste juízo, conforme apurado no item 7.2 – 26 do Relatório de Correição.	X		

7.2 – Constatções decorrentes da inspeção processual

Item	Constatações
1	Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza o Check List elaborado pela Secretaria-Geral de Coordenação Judiciária para o arquivamento dos processos, certificando a inexistência de pendências e indicando o prazo de guarda dos autos, conforme tabela de temporalidade, cumprindo o disposto no artigo 336 do PGC (processos: RTOrd-0010684-97.2015.5.18.0012; RTOrd-0011696-83.2014.5.18.0012; RTOrd-0011872-28.2015.5.18.0012; RTOrd-0011966-10.2014.5.18.0012; RTOrd-0010184-94.2016.5.18.0012; RTSum-0010825-19.2015.5.18.0012; RTSum-0010129-46.2016.5.18.0012; RTSum-0011527-62.2015.5.18.0012; RTSum-0010857-87.2016.5.18.0012 e RTSum-0011504-19.2015.5.18.0012).
2	Nos processos a seguir relacionados, com SENTENÇAS PROFERIDAS, constatou-se que a Vara do Trabalho cumpre o disposto no artigo 81 do PGC, uma vez que constam das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do PGC (processos: RTSum-0010885-55.2016.5.18.0012; RTOrd-0010474-12.2016.5.18.0012; RTOrd-0011548-38.2015.5.18.0012; RTOrd-0010097-41.2016.5.18.0012; RTSum-0011976-20.2015.5.18.0012 e RTSum-0011985-79.2015.5.18.0012).
3	Nos processos a seguir relacionados, com SENTENÇAS PROFERIDAS, constatou-se que a Secretaria da Vara certifica o trânsito em julgado das sentenças proferidas, cumprindo o disposto no artigo 97 do PGC (processos: RTSum-0010885-55.2016.5.18.0012; RTOrd-0010474-12.2016.5.18.0012; RTSum-0010963-49.2016.5.18.0012; RTSum-0011976-20.2015.5.18.0012 e RTSum-0011985-79.2015.5.18.0012).
4	Nos processos apurados por amostragem a seguir relacionados, constatou-se que, nos ACORDOS HOMOLOGADOS pela Vara do Trabalho, são cumpridas as disposições do artigo 81 do PGC, porquanto as atas e decisões homologatórias contêm as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do mesmo diploma normativo, TODAVIA descumpe o artigo 76 do referido provimento (processos: RTSum-0011603-52.2016.5.18.0012; RTSum-0010702-84.2016.5.18.0012 e RTSum-0010995-54.2016.5.18.0012).
5	Nos processos apurados por amostragem a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe-JT, os valores dos acordos pagos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTSum-0011603-52.2016.5.18.0012; RTSum-0011600-97.2016.5.18.0012; RTSum-0011617-36.2016.5.18.0012; RTSum-0011625-13.2016.5.18.0012; RTSum-0011566-25.2016.5.18.0012; RTSum-0011531-65.2016.5.18.0012; RTSum-0011627-80.2016.5.18.0012 e RTSum-0011633-87.2016.5.18.0012).
6	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se a utilização de conta judicial para pagamento dos acordos homologados, cumprindo o disposto na Recomendação TRT 18ª nº 1/2014 (processos: RTSum-0011603-52.2016.5.18.0012; RTSum-0011600-97.2016.5.18.0012; RTSum-0011617-36.2016.5.18.0012; RTSum-0011566-25.2016.5.18.0012 e RTSum-0011627-80.2016.5.18.0012).
7	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram SUSPENSAS, constatou-se que a Vara do Trabalho aplica, mediante despacho fundamentado, o procedimento previsto no artigo 40 da Lei 6830/80, suspendendo a execução pelo prazo de 01 (um) ano (processos: RTSum-0010930-93.2015.5.18.0012, RTSum-0010825-52.2015.5.18.0001, RTSum-0010812-20.2015.5.18.0012, RTSum-0010804-43.2015.5.18.0012 e RTSum-0011594-27.2015.5.18.0012).
8	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram SUSPENSAS, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema informatizado PJe-JT movimento que indica a suspensão do processo por execução frustrada, determinada por decisão judicial, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTSum-0010930-93.2015.5.18.0012, RTSum-0010825-52.2015.5.18.0001, RTSum-0010812-20.2015.5.18.0012, RTSum-0010804-43.2015.5.18.0012 e RTSum-0011594-27.2015.5.18.0012).

Item	Constatações
9	Nas execuções fiscais a seguir relacionadas, constatou-se que a Vara do Trabalho cita o executado, via postal, para pagar ou garantir a execução no prazo de cinco dias, nos termos do artigo 8º, I, da Lei 6.830/80 (processos: ExFis-0010752-13.2016.5.18.0012; ExFis-0011464-03.2016.5.18.0012; ExFis-0010805-91.2016.5.18.0012; ExFis-0010406-33.2014.5.18.0012 e ExFis-0010840-51.2016.5.18.0012).
10	Nos processos de EXECUÇÃO FISCAL a seguir relacionados, constatou-se que dos editais de Praça/Leilão e Intimação, expedidos pela Vara do Trabalho, constam os números das CDAs, cumprindo o disposto no artigo 185 do PGC (processos: ExFis-0010752-13.2016.5.18.0012 e ExFis-0010840-51.2016.5.18.0012).
11	Nos processos de EXECUÇÃO FISCAL a seguir relacionados, constatou-se que a Vara do Trabalho observa o prazo de publicidade de 30 (trinta) dias para os Editais de Citação, indica o nome do exequente, do devedor, a quantia devida e a natureza da dívida, cumprindo o artigo 8º, IV, da Lei 6.830/80 (processos: ExFis-0010752-13.2016.5.18.0012 e ExFis-0010840-51.2016.5.18.0012).
12	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA EXCLUSIVAMENTE, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova nos autos o envio da GFIP, DESCUMPRINDO o § 3º do artigo 177 do PGC (processos: RTOOrd-0010132-35.2015.5.18.0012; RTOOrd-0011495-57.2015.5.18.0012; RTOOrd-0011877-50.2015.5.18.0012 e RTSum-0010129-46.2016.5.18.0012).
13	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA EXCLUSIVAMENTE, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO lança corretamente o movimento referente ao início da execução, deixando de retratar o momento processual em que se encontra o procedimento, DESCUMPRINDO o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOOrd-0010748-10.2015.5.18.0012; RTOOrd-0011460-97.2015.5.18.0012; RTOOrd-0011495-57.2015.5.18.0012; RTOOrd-0011610-78.2015.5.18.0012 e RTSum-0010129-46.2016.5.18.0012).
14	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA EXCLUSIVAMENTE, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO lança no sistema PJe-JT os valores referentes aos recolhimentos previdenciários, DESCUMPRINDO o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOOrd-0011054-76.2015.5.18.0012; RTOOrd-0011460-97.2015.5.18.0012; RTOOrd-0011495-57.2015.5.18.0012; RTOOrd-0011877-50.2015.5.18.0012 e RTSum-0010129-46.2016.5.18.0012).
15	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Secretaria da Vara lança de forma INCORRETA o movimento referente ao INÍCIO da execução, inserindo-o COM ATRASO, não permitindo a pronta identificação do ato praticado e do estágio em que se encontra o processo, descumprindo o disposto no artigo 49 do PGC e o disposto no artigo 1º, inciso II, do Provimento TRT 18ª SCR Nº 3/2013 (processos: RTOOrd-0010184-94.2016.5.18.0012, RTOOrd-0011729-39.2015.5.18.0012, RTOOrd-0011620-25.2015.5.18.0012, RTOOrd-0011512-93.2015.5.18.0012 e RTOOrd-0011085-96.2015.5.18.0012).
16	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza os convênios BACENJUD, RENAJUD, INCRA e INFOJUD, independentemente do requerimento da parte, além de outros meios de se encontrar bens do executado antes do arquivamento provisório dos autos (artigo 40 da LEF), como, por exemplo, a expedição de mandado de penhora e avaliação, CUMPRINDO, assim, o disposto na Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (processos: RTOOrd-0010735-11.2015.5.18.0012, RTOOrd-0010985-44.2015.5.18.0012, RTOOrd-0011270-37.2015.5.18.0012, RTSum-0011594-27.2015.5.18.0012 e RTSum-0011002-80.2015.5.18.0012).
17	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho libera imediatamente o depósito recursal ao exequente, após o trânsito em julgado da sentença, cumprindo o disposto no artigo 195 do PGC (processo: RTOOrd-0011338-21.2014.5.18.0012 e RTOOrd-0011982-61.2014.5.18.0012).

Item	Constatações
18	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que a Vara do Trabalho intima o Ministério Público do Trabalho (MPT) das audiências iniciais designadas, das sentenças proferidas e/ou dos acordos homologados, nos processos em que figuram como partes ou intervenientes menores ou idosos, CUMPRINDO o disposto no artigo 346 do PGC (processos: RTOOrd-0011842-90.2015.5.18.0012; RTOOrd-0011682-65.2015.5.18.0012; RTOOrd-0010842-12.2016.5.18.0015; RTOOrd-0010842-54.2016.5.18.0001; RTSum-0010970-41.2016.5.18.0012; RTOOrd-0011152-27.2016.5.18.0012; RTOOrd-0011212-97.2016.5.18.0012; RTOOrd-0011465-85.2016.5.18.0012; RTOOrd-0011479-69.2016.5.18.0012 e RTOOrd-0011493-53.2016.5.18.0012).
19	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Vara do Trabalho faz termo de remessa, certifica corretamente os feriados, indica o rito adotado e o nome do Juiz prolator da sentença, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo o disposto no artigo 128 do PGC (processos: RTOOrd-0011225-67.2014.5.18.0012; RTSum-0010255-96.2016.5.18.0012; RTOOrd-0011900-93.2015.5.18.0012; RTOOrd-0010746-06.2016.5.18.0012 e RTOOrd-0011226-18.2015.5.18.0012).
20	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que o Juiz analisa de forma explícita os pressupostos recursais, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos em grau de recurso ao Tribunal (processos: RTOOrd-0011225-67.2014.5.18.0012; RTSum-0010255-96.2016.5.18.0012; RTOOrd-0010797-51.2015.5.18.0012; RTOOrd-0011900-93.2015.5.18.0012; RTOOrd-0010746-06.2016.5.18.0012 e RTOOrd-0011226-18.2015.5.18.0012).
21	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe-JT o valor das custas arrecadadas nos recursos ordinários interpostos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOOrd-0011225-67.2014.5.18.0012; RTSum-0010255-96.2016.5.18.0012; RTOOrd-0010797-51.2015.5.18.0012; RTOOrd-0011900-93.2015.5.18.0012; RTOOrd-0010746-06.2016.5.18.0012 e RTOOrd-0011226-18.2015.5.18.0012).
22	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema informatizado PJe-JT, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOOrd-0011225-67.2014.5.18.0012; RTSum-0010255-96.2016.5.18.0012; RTOOrd-0010797-51.2015.5.18.0012; RTOOrd-0011900-93.2015.5.18.0012; RTOOrd-0010746-06.2016.5.18.0012 e RTOOrd-0011226-18.2015.5.18.0012).
23	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Vara do Trabalho faz termo de remessa, certifica corretamente os feriados, indica o rito adotado e o nome do Juiz prolator da decisão, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo o disposto no artigo 128 do PGC (processos: RTOOrd-0010625-12.2015.5.18.0012; RTOOrd-0010603-22.2013.5.18.0012; RTOOrd-0011031-33.2015.5.18.0012 e RTSum-0011657-52.2015.5.18.0012).
24	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que o Juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo os recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos ao Tribunal (processos: RTOOrd-0010625-12.2015.5.18.0012; RTOOrd-0010603-22.2013.5.18.0012; RTOOrd-0011031-33.2015.5.18.0012 e RTSum-0011657-52.2015.5.18.0012).
25	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema informatizado PJe-JT, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOOrd-0010625-12.2015.5.18.0012; RTOOrd-0010603-22.2013.5.18.0012; RTOOrd-0011031-33.2015.5.18.0012 e RTSum-0011657-52.2015.5.18.0012).
26	Analizadas as pautas de audiências do período compreendido entre 03/10/2016 e 23/03/2017, constatou-se que: (1º) o atraso médio para o início das audiências é de 24 (vinte e quatro) minutos e (2º) em média, são incluídos diariamente, na pauta de audiências, 16 (dezesseis) processos.
27	Analizadas as pautas de audiências do período compreendido entre 03/10/2016 e 23/03/2017, constatou-se que, via de regra, as audiências são realizadas de segunda-feira a quinta-feira.
28	Analizados, em 27/03/2017, os processos a seguir relacionados, tomados por amostragem, constatou-se o prazo médio de 02 (dois) dias para solução de incidentes na fase de execução, inferior aos cinco dias para julgamento previsto no artigo 885 da CLT (Processos: 10725-98.2014.5.18.12, 10341-38.2014.5.18.12, 10543-49.2013.5.18.12, 10841-41.2013.5.18.12, 10603-22.2013.5.18.12, 407-95.2010.5.18.12, 10441-56.2015.5.18.12, 10449-4.2013.5.18.12, 11351-54.2013.5.18.12 e 10696-48.2014.5.18.12)

